

Ideologia e Aquicultura: uma das faces da revolução azul

Cristiano Wellington Noberto Ramalho¹

Resumo A aquicultura – cultivo de organismos aquáticos em cativeiro (algas, peixes, moluscos etc.) – ampliou-se no Brasil nas últimas décadas, especialmente na região Nordeste, com a criação empresarial de camarão. Porém, sem a constituição de uma ideologia particular, a aquicultura – de base empresarial – não teria crescido de forma tão vertiginosa desde os anos de 1990. Este artigo analisa a ideologia aquícola empresarial em voga no país, tomando como referência produções bibliográficas, revistas, *sites* e jornais, bem como incursões de campo feitas de 2006 a 2009 em Pernambuco.

Palavras-chave: aquicultura; revolução azul; ideologia aquícola.

IDEOLOGY AND AQUACULTURE: ONE OF THE FACES OF THE BLUE REVOLUTION

Abstract *Aquaculture is the farming of aquatic organisms in captivity (algae, fishes, shellfishes, etc.), which was expanded in Brazil in recent decades, especially in the Northeast, based on shrimp farming business. However, without the formation of a particular ideology, aquaculture – the based business one – could not have grown so fast since the 1990s. This article analyzes the aquaculture business ideology in vogue in that country, considering as references literature production, magazines, websites and newspapers as well as field incursions made from 2006 to 2009 in Pernambuco.*

¹ Departamento de Sociologia (DS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Recife – Brasil - cristiano.ramalho@yahoo.com.br

Keywords: *aquaculture; blue revolution; aquaculture ideology.*

Apresentação

É hora dos feitiços noturnos quando os cemitérios bocejam e o inferno
solta seu sopro pestilencial sobre o mundo!
(William Shakespeare, *Hamlet*)

A expansão do cultivo de organismos aquáticos em cativeiro (moluscos, peixes, crustáceos, algas) no Brasil, especialmente a criação de camarão, decorre da transformação da aquicultura em um negócio rentável, o que proporcionou a articulação de um conjunto poderoso de iniciativas capazes de produzir e desenvolver a revolução azul: grandes investimentos privados; financiamentos governamentais; liberações facilitadas de licenciamentos ambientais pelas agências estaduais de meio ambiente; nova divisão social do trabalho em âmbitos nacional e internacional; alianças com setores das universidades públicas e órgãos de pesquisa; e mudanças técnico-tecnológicas na produção.

Porém, sem a constituição de uma ideologia particular, a aquicultura – de base empresarial – não teria crescido de forma tão vertiginosa desde os anos de 1990. Tal ideologia, ora sutil, ora contundente, elaborou uma visão de mundo sólida e afirmadora de seus supostos bons atributos. Ademais, construiu e fez ressurgir, de maneira mais consistente, um elenco de preconceitos de classe a fim de justificar sua ampliação territorial e desqualificar as práticas societárias dos(as) pescadores(as) artesanais.

Este artigo analisa a ideologia aquícola empresarial em voga no país, tomando como referência produções bibliográficas, revistas, *sites* e jornais, bem como incursões de campo feitas de 2006 a 2009 em Pernambuco.

O apogeu da ideologia aquícola

A conquista da terra, que antes de mais nada significa tomá-la dos que têm a pele de outra cor ou o nariz um pouco mais chato que o nosso, nunca é uma coisa bonita quando examinamos bem de perto. Só o que redime a conquista é a ideia. Uma ideia por trás de tudo; não uma impostura sentimental mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia – uma coisa que possamos pôr no alto, frente à qual possamos nos curvar e oferecer sacrifícios...
(Joseph Conrad, *O coração das trevas*)

Há uma ideologia aquícola no Brasil que possibilitou a expansão do setor nas duas últimas décadas sobre as seculares áreas da pesca artesanal, expulsando seus trabalhadores. Tal ideologia se tornou capaz de referendar processos de acumulação primitiva e a necessária luta de classes que o empresariado desfechou para consolidar-se, como tem sido o caso da carcinicultura (criação de camarão) nos manguezais do Nordeste (ver tabela 1). Assim, “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (Marx, 1982: 830).

Itens/Anos	1997	2000	2003	2006	2010
Área de viveiros em hectares (ha)	3.458	6.250	14.824	17.000	18.500
Produção em toneladas	3.600	25.000	90.190	65.000	80.000
Produtividade em kg/ha/ano	1.015	4.000	6.084	4.276	4.342

Fonte: ABCC, Censo 2010.

A referida ideologia pode ser considerada uma descendente pródiga do ideário neoliberal e sua ação particularizada mais consistente no mundo da produção sociometabólica pesqueira internacional e brasileira. Sem o apogeu da cultura econômica neoliberal durante a última década do século XX e suas formas de radicalização mercantil do mundo, individualização exacerbada, consumismo em massa e privatização (inclusive da natureza), a aquíicultura não teria surgido com a mesma intensidade e extensão com que apareceu em nossos dias, mesmo existindo há 4.000 anos. Assim, “finalmente dissolve o cultural no econômico – e o econômico no cultural” (Jameson, 2001: 22).

Podemos incluir tal ideário no que Beck (1999: 27) classificou de *globalismo*: “trata-se portanto da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão – econômica (...)”. Então, “muito frequentemente, o mercado e o Estado atuam contra a humanidade, no que se tornou comumente conhecido como neoliberalismo” (Burawoy, 2009: 23).

2 Em 2004, segundo a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), de acordo com seu número de associados, o cultivo de camarão ocupava uma área de 16.598 ha em regiões estuarinas, onde o Nordeste contribuía com 15.039 do total frisado (Fonte: ABCC, 2004. In: Ibama, 2005). Contudo, muitos criadores de camarão não são filiados à ABCC nem possuem áreas registradas em órgãos públicos. Assim, é possível, para Diegues (2004), existirem mais de 30.000 hectares de manguezais ocupados com a carcinicultura no Nordeste brasileiro.

Todavia, a ideologia aquícola mostrou ter uma matriz flexível capaz de dialogar com as diversas feições que o processo capitalista de produção assumiu no mundo contemporâneo, pois, mais do que filha do neoliberalismo, é, antes de tudo, filha dos marcos do próprio capitalismo e de suas conformações históricas de acumulação: uma delas foi a neoliberal. Por isso, ela sobreviveu à crise neoliberal, ganhou corpo e se tornou mais plural no Brasil da era neodesenvolvimentista do governo Lula, como ficou evidente – de novo – com o lançamento do plano *Mais Pesca e Aquicultura*, em agosto de 2008 (plano esse que estimula vendas externas e a ampliação do consumo nacional de pescados por meio da crescente participação de produtos da aquicultura).

Em julho de 2009, após a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e de uma nova lei de pesca para o país, um dos mais influentes jornais da região Nordeste publicou editorial sob o título “Mais apoio à pesca”. Embora com esse título, a ênfase do texto incide sobre a expansão da aquicultura, aproveitando a constituição do MPA e da lei, como atesta a seguinte passagem:

A história da pesca que vai ser reescrita a partir de julho de 2009 reserva para o Nordeste uma responsabilidade adicional. Pelo potencial interno e externo de absorção do que for produzido a partir de agora com o incentivo de uma nova lei e um novo Ministério somente para a pesca, temos que trabalhar para chegar perto dos números da produção industrial de pescado, concentrada no Sul e Sudeste. Dentro das novas condições postas pelo governo federal podemos acessar todos os avanços tecnológicos já disponíveis nas regiões desenvolvidas, principalmente pela expansão da aquicultura. As condições estão postas e cabe particularmente a Pernambuco aproveitá-las, até para ocupar uma melhor colocação no quadro nacional de produção de pescado, bem abaixo do Ceará, da Bahia e do Rio Grande do Norte (*Jornal do Commercio*, Recife, 2 jul. 2009: 12).

Somando-se a isso, em 2012, no governo Dilma, foi instituído o *Plano Safra da Pesca e Aquicultura – 2012 a 2014*, com o objetivo de “(...) implantar novos parques aquícolas em lagos e represas de várias regiões do Brasil” (MPA, s/d: 7), atuando como uma força moderna para que o país atinja a meta de “produzir 2 milhões de toneladas anuais de pescado até 2014” (MPA, s/d: 4).

A ideologia aquícola é um sólido projeto societário e parte de um movimento historicamente determinado do capitalismo global, de feição totalizante, que se espalhou por vários países e conseguiu transformar fundamentalmente organismos aquáticos em mercadorias a serem comercializadas no planeta, conectando poderosos centros consumidores (EUA, UE, Japão) às regiões produtoras

de países em desenvolvimento (Brasil, Chile, Índia). Grandes empresas (algumas transnacionais³) e estruturas poderosas de mercado e de produção oferecem suportes necessários ao desenvolvimento do setor no mundo (pesquisa, planejamento, equipamentos tecnológicos, rações, máquinas, insumos químicos, transportes, antibióticos, mão de obra especializada, *design*, propaganda etc.), objetivando grandes lucros e formando o que se pode classificar de um mercado globalizado de alimentos pesqueiros, uma espécie de *aquabusiness*, por meio de um processo pós-fordista de produção e consumo (acumulação flexível) e sua renovada divisão social do trabalho.

A ideologia empresarial aquícola se apresentou e se materializou na Ásia, América do Sul e África. Em praticamente todos os continentes em que se instalou, sua afirmação ideológica esteve associada a muitas questões importantes e de grande capacidade de convencimento para amplos setores da sociedade, fato que ocorre também no Brasil, com base nos seguintes argumentos: (a) segurança alimentar com a oferta de um produto de grande valor proteico para a população; (b) geração de emprego e renda; (c) forma de atenuar e eliminar a superexploração dos recursos pesqueiros (impactos ambientais) por parte da pesca extrativista; (d) condições de ampliar a produção de pescado nacional e gerar lucros consideráveis para o país por meio de exportações.

De fato, são vários os aspectos inestimáveis sempre elencados por seus defensores e a recém-surgida classe social dos fazendeiros das águas, que de modo hábil forjam seu caminho sob a sombra desses argumentos – mesmo que não os cumpra – e na esteira de um discurso escatológico sobre a pesca extrativista: o de que essa atividade esgotou os estoques de pescados nos oceanos, rios e estuários. Basta ler o artigo “Rebuilding Global Fisheries”, produzido por uma série de pesquisadores – em sua maioria de instituições norte-americanas – que postulam a ideia do fim da pesca daqui a poucas décadas (Worm *et al.*, 2009).

Argumentos assim reforçam a expansão do capitalismo aquícola, que se apropria dessas teses e as usa para apresentar a aquicultura como a alternativa mais viável e racional de enfrentamento dos impactos ambientais negativos oriundos do extrativismo pesqueiro (artesanal ou industrial), com a qualidade de geração de alimentos, emprego e renda. De fato, toda nova classe social que quer conquistar seu espaço, de modo hegemônico, vê-se

(...) obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma

3 O *Diário de Pernambuco*, em seu caderno de Economia (B-4), no dia 7 de julho de 2009, publicou a seguinte reportagem: “Netuno se associa a japoneses”. No corpo da matéria está escrito: “A Netuno Alimentos anunciou ontem sua fusão com a empresa japonesa de pescados Nissui – uma das maiores do mundo”.

ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (Marx; Engels, 2007: 48).

É o caso dos criadores de beijupirá e camarão no litoral brasileiro, e da produção de tilápia realizada pela empresa Netuno no sertão nordestino, uma das controladoras do mercado de pescados no país. No Chile ocorre o mesmo com o cultivo de salmão. Independentemente da região ou tipo de criatório, no lugar em que chegou com características mais capitalistas a ideologia aquícola repetiu suas ideias e teses centrais.

É claro que há diminuição de inúmeras espécies de pescados e várias impossibilidades de aumentar ou manter o atual teor de captura no mundo, e a própria Organização das Nações Unidas, por intermédio da FAO (Food and Drug Administration), tem alertado sobre isso reiteradas vezes nas últimas décadas (FAO, 1989; 2007). Contudo, apesar de inúmeros estudos revelarem (Diegues, 1995; FAO, 2005; Ramalho, 2009; 2012; Rebouças *et al.*, 2006) que esses dilemas (crise dos estoques pesqueiros) devem ser enfrentados com o devido manejo sustentável na captura das espécies, na valorização do saber-fazer dos pescadores(as), na conservação de ecossistemas (marinhos, costeiros e fluviais), no combate à poluição hídrica e ao desmatamento dos mangues e matas ciliares, e na criação de políticas de desenvolvimento que incorporem a gestão democrática e sustentável das regiões costeiras, ribeirinhas e lacustres, onde a aquicultura de base familiar (assentada em espécies de pescados nativos) entre como uma das parceiras – o que ajudaria a recuperar e melhorar o quadro da biodiversidade aquática no planeta –, tais possibilidades têm sido silenciadas pelo poder de convencimento dos grandes empreendimentos agrícolas e pelas alianças que constroem no intuito de atender ao mercado. Para Alier (2007: 131), “a pressão para expandir a cultura do camarão tem origem na demanda dos países ricos e no declínio da pesca marítima do camarão”.

Na realidade, respostas plenas em soluções freariam o ímpeto de crescimento a qualquer custo do *aquabusiness* – e é por isso que o capital sempre cria correlações mecânicas para que seus objetivos prevaleçam e suas alternativas sempre se dirijam em favor de gerar e manter a supremacia de um negócio, e não do desenvolvimento sustentável, ou seja, a ideologia aquícola em prática tende a “legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo” (Löwy, 2008: 14) apenas empresarial.

Mais uma vez, o Brasil expressa bem essa situação. Os criatórios de camarão foram constituídos – há duas décadas – por uma fração mais capitalizada da classe dos produtores, que controla o setor. Os pequenos produtores ficam subordinados a essa fração, da qual precisam comprar pós-larvas (“sementes”)

de pescados, rações e insumos químicos, e à qual vendem sua produção com preços já tabelados, como verificamos em trabalho de campo em várias áreas do litoral pernambucano.

Essa fração de classe dominante nasceu, em larga medida, de classes sociais mais capitalizadas – ou de seus descendentes –, ligadas a outros ramos produtivos (canavieiro, médico, industrial, serviços, imprensa etc.), e de pessoas pertencentes à classe média alta, que, ao vislumbrar possibilidades de lucro rápido, migraram – sem abandonar seus antigos ramos, em vários casos – para o negócio aquícola.

Tudo isso permitiu uma coloração e uma aliança complexa entre as classes dominantes, cheias de força para fazer-se ouvir pela sociedade e pelos poderes públicos, uma vez que o cultivo de organismos aquáticos está para além da própria economia aquícola.

Não é à toa que muitos editoriais⁴ e reportagens de jornais e revistas⁵ de circulação local, regional ou nacional enaltecem os atributos da aquicultura, referendando a chegada de um presente e, mais ainda, de um futuro promissor e repleto de possibilidades de salvação para o mundo da produção pesqueira, com sua crescente ampliação em termos produtivos e, acima de tudo, monetários.

Ações do governo federal – para ficar somente nessa esfera de poder – e pronunciamentos de parlamentares (senadores, deputados federais e estaduais) incorporam-se e são também o exército de frente no convencimento social e, principalmente, na concretização institucional dos sonhos dos aquicultores, assim como foram da Marinha Brasileira e dos empresários da indústria pesqueira no passado (Ramalho, 2014).

No caso do apoio estatal à atividade, em entrevista ao jornal *Tribuna do Norte* (RN), em 24 de maio de 2007, o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC) informou que, ao longo desses últimos anos, o setor foi beneficiado com recursos na ordem de R\$ 374 milhões advindos do poder público, dos quais quase 80% (aproximadamente R\$ 300 milhões) saíram dos cofres do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)⁶ para financiar, inclusive, grandes empresas.

Se fizermos uma comparação com o Pronaf B – linha que atende boa parte dos pescadores(as) artesanais com, no máximo, R\$ 2 mil por produtor –, veremos que beneficiar 100.000 trabalhadores(as) pesqueiros artesanais custaria R\$ 200 milhões ao mesmo BNB, ou seja, R\$ 100 milhões a menos do que a

4 Os casos do *Jornal do Commercio* e do *Diário de Pernambuco* – já destacados – são alguns dos exemplos disso.

5 A revista *Veja*, n. 2.040, 26 dez. 2007, publicou uma matéria intitulada “Multiplicação dos peixes”, em que se afirmava: “A criação de peixes e frutos do mar em cativeiro, nas chamadas fazendas aquícolas, salvou o mundo da escassez de pescados nos últimos dez anos”.

6 Fonte: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=42881>>. Acesso em: 5 mar. 2010.

instituição destinou aos carcinicultores até o ano de 2007. Para atingir os aludidos R\$ 300 milhões, o BNB teria de financiar mais 50.000 pescadores(as), o que representaria, no total, 150.000 profissionais da pesca artesanal, o que seria equivalente – segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (2010) – a todos(as) os(as) pescadores(as) cadastrados(as) no Governo Federal em seis estados do Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), que juntos chegam a 149.202 profissionais do setor (MPA, 2010).

Soma-se a esse conjunto de afago e sujeição dos poderes públicos a liberação realizada por várias agências e secretarias estaduais de meio ambiente no Nordeste (Adema-SE, CPRH-PE, Idema-RN, Semace-CE) para bens públicos, como se os manguezais fossem privatizados por fazendeiros de camarão (mesmo sem relatórios de impacto ambiental e/ou consultas públicas), desrespeitando uma legislação vigente que define os mangues como áreas de preservação permanente, fato similar ao que aconteceu com a privatização de parte do mar (160 ha) para o cultivo do peixe beijupirá, inclusive por meio de uma relação, segundo os movimentos sociais de pescadores(as), não transparente entre a empresa e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) do governo federal, em 2008 (Ramalho; Negreiros, 2009).

A Seap – atual Ministério da Pesca e Aquicultura (MAP) – é hoje a instância articuladora no âmbito nacional das ações de fomento à pesca, com especial atenção para a aquicultura. Segundo Valencio e Mendonça (2008), de modo geral,

A política de pesca que vem sendo pensada e implementada a partir da Seap tem seu êxito assentado na utilização de recursos tecnológicos e científicos e uma prática produtiva de alta escala para o mercado global e nacional, e sua formulação e operacionalização se dão por meio do uso do poder institucional por elites empresariais do setor (*Idem*: 111).

Por conta desse largo apoio, muitas vezes ocultado ou minimizado, os empresários aquícolas divulgam os êxitos de seus negócios na área (balança comercial favorável, crescentes vendas etc.) e a necessidade (sempre renovada) de ajuda do poder público, quando também em crise (o atual quadro do camarão)⁷, para que a atividade cresça “em benefício da sociedade como um todo”.

Para ofertar maior legitimidade à ideologia aquícola, unindo-a de uma suposta neutralidade nascida do saber científico, setores da comunidade acadêmica exaltam a importância de apoiar a atividade e a apontam como um processo de evolução natural da pesca, como seu desdobramento em direção ao progresso.

7 Por exemplo, para enfrentarem a crise que atingiu há alguns anos o setor, criadores cearenses de camarão (industriais e produtores) foram agraciados com R\$ 6 milhões do governo do estado do Ceará. (Fonte: <<http://opovo.uol.com.br/opovo/colunas/verticalsa/756514.html>>. Acesso em: 2 abr. 2010.)

Inegavelmente, a pesca é uma atividade extrativista, onde o homem atua apenas na coleta da produção natural. Sendo assim, é a natureza que determina os limites para a exploração dos seus recursos. A ultrapassagem desses limites, de forma continuada, somente será possível com o estabelecimento dos cultivos, a etapa superior da exploração dos recursos vivos aquáticos. *A aquicultura é o caminho da evolução da própria pesca* (Paiva, 2004: 1; grifos nossos).

Ademais, em 1998, a Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (CNIO), formada por estudiosos da área pesqueira, técnicos governamentais e alguns empresários – nenhum representante dos pescadores(as) artesanais participou – produziu um relatório intitulado *O Brasil e o mar no século XXI: relatório aos tomadores de decisão no país*, que continha uma “imparcial” conclusão:

O Brasil, com 7.048 km de costas marítimas, cerca de 15% da água potável do planeta e grandes extensões de terras subaproveitadas, não explora o potencial que a aquicultura representa. Ela é uma resposta para problemas que o País enfrenta, como recuperação das exportações, criação de empregos e geração de renda, e utilização racional de seus recursos ecológicos (CNIO, 1998: 131).

Tal “imparcialidade” do documento traduziu-se ainda mais numa passagem repleta de uma filosofia aquícola para o futuro da humanidade:

Por último, parafraseando o velho ditado chinês, citado na epígrafe deste capítulo, de que “onde houver peixe deve haver água”, pode-se acrescentar: água sim, mas de boa qualidade e em adequada quantidade, para que a multiplicação do peixe se torne o milagre do novo século. O homem “despedaçou” a terra, isto é, dividiu-a em pequenos pedaços, em destroços incapazes de curar a sua fome. Agora, ele terá que juntar esses pedaços e multiplicar sua capacidade de produzir, pela aquicultura (*Idem*: 140).

Além disso, atendendo à demanda da nova onda mercantil, foram abertos cursos em universidades públicas (de graduação⁸ e pós-graduação⁹) para prover – en-

8 Até 1989, só existiam três cursos de Engenharia de Pesca no Brasil: o da UFRPE, fundado em 1971; o da UFC, de 1972; e o da Ufam, que surgiu em 1989. Com o crescimento do mercado, surgiram de 1997 até 2012 mais de quinze cursos de graduação (Unioeste, Uneb, UFRA, UFRB, UFPA, Ufal, Ufersa, UFPI, UFRPE/ UAST, UFS, Uema, Ueap, Unir, Udesc, entre outras). Aqui, não estamos incluindo os cursos que existem nos Institutos Federais de Ensino, Ciências e Tecnologia. (Fonte: Pesquisa feita pelo autor na internet.)

9 No ano de 2000, um dos mais importantes cursos de Engenharia de Pesca do país, o da UFRPE, criou o Programa de Pós-Graduação – Mestrado – voltado para Recursos Pesqueiros e Aquicultura; o doutorado surgiu no último ano. O objetivo do aludido programa concentra-se na aquicultura, como fica claro no próprio texto encontrado no *site* sobre os seus objetivos. Ademais, foi alterado o próprio nome do

tre outras questões – suporte técnico e científico ao setor; situação que se junta aos financiamentos de pesquisas do CNPq (em parceria com o MPA), da Finep e de algumas agências estaduais de fomento à pesquisa. Assim, cada vez mais surgem profissionais treinados para atender às demandas do mercado sem uma formação crítica e plural sobre o tema, vindo o mar, rios, estuários e mangues apenas como simples engenheiros de produção e, assim, ideólogos de um negócio.

Nesse contexto de supremacia do mercado frente à vida, os pescadores e pescadoras artesanais são vistos como entraves à realização do futuro e, no máximo, como meros reprodutores de sua própria subsistência. Ou seja, de acordo com essa visão, eles são sujeitos sociais incapazes de gestar o desenvolvimento de localidades e regiões. A ideologia da subsistência, definidora do que vem a ser pesca artesanal, é assim elaborada pelas elites empresariais, políticos, alguns representantes da academia e técnicos do aparelho estatal, entre os quais o MPA (antiga Seap), como contraponto a uma suposta ideologia do desenvolvimento intrínseca aos cultivos aquáticos e seus empreendimentos econômicos, fato que ganha mais molho com a noção de esgotamento da produção pesqueira extrativista. Na realidade,

Para a Seap, a aquicultura não é uma possibilidade real de apoio do pescador artesanal, mas significa o mecanismo de sua extinção. O governo Lula, na sua primeira gestão, propôs uma política de crédito para o setor pesqueiro incentivando uma progressiva conversão da atividade pesqueira artesanal para a aquicultura em todo o território nacional. Partiu do argumento de que tal política vinha como alternativa aos pescadores artesanais, cujas espécies em que se baseia sua atividade encontram-se, segundo critérios técnicos, sobre-explotadas. Mas cabem divergências quanto aos métodos e às interpretações acerca do que se considera sobre-exploração no contexto da questão ambiental no Brasil. De qualquer modo, a ausência de participação, ou acompanhamento, do pescador artesanal no processo de avaliação perita dos estoques, bem como de consideração perita ao saber tradicional no que concerne ao *status* da pesca ou, numa palavra, de dialogicidade entre tais conhecimentos, é o que inviabiliza que uma alternativa menos radical do que a aquicultura seja proposta como um elo possível entre tradição e modernidade (Valencio; Mendonça, 2008: 112).

Por isso, não é de estranhar que, durante seminário realizado no município de Paulista, litoral norte de Pernambuco, de 18 a 20 de março de 2009,

departamento, que antes era Departamento de Engenharia de Pesca e que agora se chama Departamento de Pesca e Aquicultura (Depaq).

objetivando o desenvolvimento da maricultura em áreas de RESEX e RDS (reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável), um representante da Coordenação Geral de Maricultura – do Ministério da Pesca e Aquicultura – tenha expressado frases emblemáticas, tais como: “quando eu vejo o mar, fico pensando em algo parecido com agricultores sem terra que querem produzir e não podem por terem cercas diante deles” ou “assim como o ser humano evoluiu da coleta para a pesca, ele vai passar da pesca para a aquicultura”.

Essas verdadeiras pérolas da ideologia empresarial aquícola ditas por um representante do MPA revelam três coisas:

1ª) Apresenta o mar, rios e estuários como espaços vazios ou, quando muito, ocupados por pescadores e pescadoras fecundos em práticas atrasadas, incultas e improdutivas. Nesse sentido, tais territórios devem dar espaço a formas superiores de produção e vida, à chegada da modernidade, à aquicultura, a partir das suas privatizações em benefício daqueles sujeitos sociais tidos por modernos. Esse é um olhar que não quer a existência do outro, por vê-lo como empecilho. É uma tese de raiz autoritária, que evidencia uma das formas assumidas pela luta de classes, de supremacia societária. Essa ideia não é nova, apesar de ter hoje mais “sutileza”, pois serviu, no passado, de justificativa para os ingleses expulsarem e exterminarem índios nos EUA:

A agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Converteria natureza em cultura. Terra não cultivada significava homens incultos. E quando os ingleses seiscentistas mudaram-se para Massachusetts, parte de sua argumentação em defesa da ocupação dos territórios indígenas foi que aqueles que por si mesmos não submetiam e cultivavam a terra não tinham direito de impedir que outros o fizessem (Thomas, 2010: 18).

2ª) Esconde a real e importante participação da produção pesqueira artesanal no mundo, no Brasil e em Pernambuco. Por exemplo, no início do século XX, em termos mundiais os produtos advindos do setor artesanal responderam “por mais de 50% do total mundial de capturas e emprega[ram] cerca de 98% dos 51 milhões de pessoas diretamente envolvidas com a coleta e o processamento de recursos marinhos” (Rebouças *et al.*, *idem*: 85). No Brasil, segundo o Ibama (2005), das 1.009.073 toneladas produzidas de pescado, a pesca artesanal representava 51,4% do total da produção (industrial, 23%, e aquicultura, 25,5%), sendo o ramo mais importante e o que menos recebe verbas públicas. No Nordeste, os pescadores(as) artesanais contribuem com 67,1% da produção regional (industrial com 3,6% e aquicultura com 29,3%), que é de 321.689 toneladas; e no

Norte participam com mais de 85% da produção regional. Em Pernambuco, no ano de 2009, a pesca artesanal respondeu por 77% (MPA, 2010).

3ª) No que concerne ao tema do emprego, há 833.505 pessoas trabalhando na pesca artesanal diretamente no Brasil (MPA, *idem*). No que diz respeito à carcinicultura, que é a vertente mais forte da aquicultura no país, algumas pesquisas realizadas *in loco* em Sergipe (Carvalho, 2004) e no Ceará (Ibama-CE, 2005), e outro estudo mais abrangente que aborda vários países (Arana, 1999) – para ficar somente neles –, revelaram ser bem inferior o número de empregos gerados pela carcinicultura, embora o argumento da geração de empregos seja amplamente difundido pela sua entidade de classe (a ABCC) e alguns representantes de governos. Ou seja, para a ABCC e a própria Seap – atual MPA (Ramalho, 2014) –, que partem de um único e questionável estudo (Couto; Sampaio, 2003)¹⁰, são gerados 3,75 empregos diretos e indiretos por hectare em produção (emprego/ha). Contudo, Carvalho (*Idem*) mostrou, ao estudar 13 fazendas de camarão (pequenas, médias e grandes), que esse número não chega a 0,5 emprego/ha. Assim, a autora percebeu que nos empreendimentos pesquisados “a carcinicultura tem gerado poucas oportunidades de emprego, pois, em média, é criado apenas um emprego fixo para cada dois a três hectares produtivos, fato que contribui para a marginalização das comunidades locais” (*Ibidem*: 140). No Ceará, um diagnóstico do Ibama local concluiu:

Para os 150 empreendimentos que estavam em operação – e foram conseguidas informações sobre número de empregados e área do empreendimento –, o número de empregos diretos gerados pela atividade foi de 2.579, com uma área total de 4.266,18 ha – foi gerada uma média de 0,60 emprego/ha (Ibama, 2005: 152).

Como se nota, os dados da pesca artesanal, que se ligam a renda, trabalho, segurança alimentar e desenvolvimento, são omitidos ou descredenciados e os

10 Afirmamos questionável por um fato bastante expressivo. Quando os autores resolveram publicar praticamente o mesmo texto em uma revista científica (*Revista de Economia e Sociologia Rural*), com a participação de mais dois outros acadêmicos (Erica Albuquerque Breno e Ramos Sampaio), o aludido dado (3,75 empregos/ha) foi sumariamente retirado do escrito (Couto *et al.*, 2008), que omite todas as informações relativas ao número de empregos (direto e indireto) gerados por hectare pela carcinicultura, embora esse seja um dos itens do artigo. Parece-me lógico ou possível concluirmos que os pesquisadores não tinham certeza (ou perceberam o erro) do número anteriormente expresso (3,75) no referido artigo, que não foi publicado em nenhuma revista ou livro, preferindo deixá-lo de lado quando de sua publicação numa revista científica. Porém, a ABCC e o MPA preferiram fazer vista grossa a essa questão relevante, e usar politicamente o artigo e seu questionável dado, apesar do aparente receio (ou negação) dos próprios pesquisadores em ratificá-lo.

números da aquicultura empresarial supervalorizados (e em alguns contextos, maquiados), tanto pelos tecnocratas quanto pelo setor empresarial.

Nesse escopo de alianças do capital (setores da academia, poder público, parlamentares, mídia, técnicos, empresários), a produção de um discurso coeso é necessária para que a aquicultura suprima todo tipo de resistência e vença a luta de classes contra as comunidades de pescadores e pescadoras.

Sem isso, o próprio capitalismo – no seu sentido mais absoluto e totalizante – não teria sido edificado e se reproduzido com tanta força sobre as vontades populares. “Por isso as figuras representativas do horizonte social do capital têm de conceituar tudo de uma maneira determinada, e não de outra” (Mészáros, 2009: 10), para que a sua vontade de classe, alma gêmea do mercado, sempre prevaleça.

Além disso, toda essa ideologia aquícola tenta esconder a realidade de seus impactos negativos sobre o meio ambiente e a vida dos pescadores(as) artesanais – aspectos que passaremos a discutir em seguida, tomando como eixo a carcicultura.

Um novo processo sociometabólico e a negação das suas graves mudanças

No livro *O capital*, Karl Marx observou: “parece um paradoxo, por exemplo, considerar o peixe que ainda não foi pescado meio de produção da pesca. Mas até hoje não se inventou a arte de pescar em águas onde não haja peixe” (Marx, 1982: 205)¹¹.

O peixe é, assim, objeto e meio de produção, porque sem ele não existiria pescaria, um tipo particular de trabalho, uma economia pesqueira e uma forma de produção. Os pescados são objetos de trabalho fornecidos pela natureza, mas não são matérias-primas, fato que faz da pesca algo extrativista. Isto é, “o objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (*Op. cit.*: 203). Já o meio de trabalho é tudo aquilo que vai mediar a relação do ser humano com a natureza (redes, armadilhas, linhas, barcos) e o objeto de trabalho (pescados).

Por isso, “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz” (*Op. cit.*: 204), que dinâmicas sociometabólicas o feudalismo ou o capitalismo têm, que formas de organização produtiva possuem.

É justamente aí que podemos inserir a questão da aquicultura. Os pescados (camarão, tilápia, salmão e beijupirá, por exemplo) deixam de ser apenas meios de produção e objetos de trabalho e se tornam matérias-primas, “um objeto já filtrado pelo trabalho, um produto do próprio trabalho. É o caso da semente

11 Essa passagem está em nota de rodapé da referida página.

na agricultura” (*Op. cit.*: 206), das pós-larvas de pescados, suas melhorias genéticas, que resultam da ação humana por meio do trabalho, de acordo com a aplicação da ciência e da tecnologia.

A construção e o domínio realizados por essa nova ordem sociometabólica da produção pesqueira inauguraram outra etapa na relação entre os seres humanos e deles com a natureza. Para seu desenvolvimento, além da artificialização da própria natureza – inclusive com a introdução de uma espécie exótica de camarão (*Litopenaeus vannamei*) no país, nos anos de 1990 –, foram necessárias privatizações do meio ambiente para que a produção aquícola conseguisse realizar-se – processo semelhante ao que aconteceu na Inglaterra no século XVIII (Thompson, 1998) e no Brasil no século XX (Moraes, 1999) com a agropecuária. A aquicultura é, apesar dos limites que algumas condições naturais impõem, uma indústria a céu aberto, que concentra capital e meios de trabalho em poucas mãos, exigindo cercamentos (de áreas do mar e do estuário) para referendar sua expansão e seus poderes particulares, e excluir definitivamente, com isso, os ancestrais usuários desses espaços (pescadores e pescadoras) e a condição de bem comum dos ecossistemas pesqueiros.

Esse sociometabolismo busca transformar a natureza em linha de montagem da aquicultura empresarial, edificando uma intensa hierarquia entre capital e trabalho, sempre em benefício do primeiro. Uma das provas disso foi o argumento da Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (CNIO) para sensibilizar os futuros empreendedores sobre as vantagens do negócio:

A agricultura é bidimensional, enquanto a aquicultura é tridimensional, ocupando comprimento, largura e coluna d’água. Isso promove economia de escala, o que significa múltiplas colheitas com menos gastos de recursos materiais e de trabalhadores (CNIO, 1998: 132).

Ademais, questões estéticas e de sabor, propaganda, engenharias de produção e genética, atendimento ágil ao mercado consumidor e às redes varejistas, ritmos produtivos, flexibilidade de gestão e incorporação de renovadas tecnologias dão imenso dinamismo à globalização dos sistemas alimentares (Cavalcanti, 2004), cujos ingredientes – concernentes aos pescados – tentam fazer dos recursos naturais aquáticos “chãos de fábrica” a serviço do mercado e dos processos industriais pós-fordistas.

Tal mediação sociometabólica significa, de um lado, estruturas naturais que governam processos físicos e químicos da natureza e, de outro, formas de organização da produção material e do seu controle decisório, que se apresentam na divisão social do trabalho na sociedade, em épocas distintas, com o objetivo

de se apropriarem das potencialidades do ambiente natural e da produção material da vida. Desse modo, o trabalho e a sua forma de estruturação tornam-se peças-chave na constituição do processo sociometabólico em sua constante e insofismável troca com a natureza.

Metabolismo é uma categoria dialética, processo histórico e movimento, cuja presença é insuprimível na relação da sociedade com a natureza, singular e globalmente.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do *metabolismo* entre homem e natureza e, portanto, vida humana (Marx, 1983: 50; grifo nosso).

István Mészáros, no livro *Para além do capital*, caracterizou o capitalismo de *ordem de reprodução sociometabólica do capital*, que ganhou proporções devastadoras social e ambientalmente em decorrência de sua produção e consumo incontroláveis em âmbito mundial. Na compreensão de Mészáros, o valor principal do capital é o de sua própria reprodutibilidade, cuja necessidade de ampliação – de caráter totalizante – vem levando aos limites os recursos naturais e as condições da existência humana, nas mais diversas regiões do planeta. O trecho abaixo ilustra esse fenômeno destrutivo social e ambientalmente.

As práticas de produção e distribuição do sistema do capital na agricultura não prometem, para quem quer que seja, um futuro muito bom, por causa do uso irresponsável e muito lucrativo de produtos químicos que se acumulam como venenos residuais no solo, da deterioração das águas subterrâneas, da tremenda interferência nos ciclos do clima global em regiões vitais para o planeta, da exploração e da destruição dos recursos das florestas tropicais etc. Graças à subserviência alienada da ciência e da tecnologia às estratégias do lucrativo *marketing* global, hoje as frutas exóticas estão disponíveis durante o ano inteiro em todas as regiões – é claro, para quem tem dinheiro para comprá-las, não para quem as produz sob o domínio de meia dúzia de corporações transnacionais. Isso acontece contra o pano de fundo de práticas irresponsáveis na produção, que todos nós observamos impotentes. Os custos envolvidos não deixam de colocar em risco – unicamente pela maximização do lucro – as futuras colheitas de batata e safras de arroz. Hoje, o “avanço de métodos de produção” já coloca em risco o escasso alimento básico dos que são compelidos a trabalhar para as “safras

de exportação” e passam fome para manter a saúde de uma economia “globalizada” paralisante (Mészáros, 2002: 255; grifos do autor).

Fenômeno similar explicita-se na aquicultura e nas suas formas de dominação social manifestadas na concentração de capital, na expropriação socioterritorial das comunidades pesqueiras e na exploração intensa e instrumental da natureza, as quais se apresentam no metabolismo *quimificado* dessa atividade com a natureza, contando com o servil e essencial apoio científico para a realização de sua produção em série.

O desenvolvimento da aquicultura tem gerado um consumo acentuado de drogas terapêuticas. Apesar da dificuldade de se obterem dados reais de consumo em muitos países, na Noruega foi comprovado o uso de 50 toneladas de antibióticos só em 1990. Essa quantidade foi aproximadamente o dobro da utilizada pela medicina humana nesse país. (...) O tratamento terapêutico dos organismos de cultivo com drogas resulta na liberação de grandes quantidades de substâncias ativas e de seus metabólitos para dentro do hábitat aquático. Esse fator, em conjunto com os resíduos orgânicos dos peixes e camarões de cultivo, agrava os quadros de poluição. Os antimicrobianos acumulam-se na fauna aquática (peixes e invertebrados) que circundam as fazendas de cultivo e podem chegar a apresentar concentrações acima dos valores aceitáveis dessas substâncias. Por outro lado, essas substâncias podem ser encontradas nos sedimentos marinhos e, dependendo de sua natureza, podem ser metabolizadas ou podem persistir por longos períodos (Arana, 1999: 71).

Acrescenta-se a isso o fantasmagórico discurso dos empresários do setor da carcicultura, de sua instância política e agentes governamentais, que buscam afirmar que a atividade atende aos preceitos da segurança alimentar:

(...) se a fazenda adota o sistema de cultivo intensivo, além de provocar um sério impacto ambiental no ecossistema, o camarão produzido certamente será exportado, gerando, com isso, uma demanda insatisfatória de proteína para a população local. Essa situação é ainda mais agravada pelo fato de as fazendas de camarão retirarem do mar grandes quantidades de peixes pelágicos para serem utilizados como fonte de proteína dos animais cultivados (alimento balanceado à base de farinha de peixe) (Arana, *Idem*: 81).

Voltamos à revista *Veja*, que, mesmo fazendo apologia ao setor (na matéria mencionada na nota 5), concluiu:

Embora representem uma alternativa à pesca predatória, as fazendas aquáticas sacrificam espécies como sardinha, arenque e manjuba, empregadas na produção de rações para alimentar os peixes cultivados. Essas espécies são utilizadas porque têm menor valor no mercado. A diminuição drástica de seus cardumes pode afetar a cadeia alimentar marinha, caso nenhuma alternativa à produção de ração seja encontrada. Hoje, 37% da captura dessas espécies é direcionada à alimentação de animais criados nas fazendas aquáticas. “Até hoje não foi possível desenvolver uma ração que substitua os nutrientes obtidos com esses peixes”, disse à *Veja* Rashid Sumaila, do centro de pesca da Universidade de British Columbia, no Canadá. “Outros animais, como focas e leões-marinhos, também podem ser prejudicados em sua alimentação”, alerta José Vilalon, diretor do departamento de aquicultura do Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Espera-se que, num futuro próximo, se encontrem formas de amenizar os danos ambientais causados pelas fazendas marinhas. Afinal, elas já possuem um papel fundamental na produção de alimentos no planeta¹².

Boa parte desses pescados é alvo da pesca artesanal; portanto, o aumento das fazendas aquícolas, além de competir com os pescadores, guarda íntima vinculação com os altos níveis de captura de algumas dessas espécies no mundo e no Brasil.

Um exemplo contundente disso é que, das 141,6 milhões de toneladas de pescados capturados e produzidos no planeta em 2005, 34,4 milhões foram destinadas para usos não alimentares humanos, isto é, voltaram-se, em larga medida, para rações de cães, gatos, pescados (cada vez mais crescente) e outros animais (FAO, 2007). Tudo isso contribui decisivamente para a sobrepesca no globo.

O modelo aquícola vigente provoca um empobrecimento da biodiversidade e a quebra da riqueza de alimentos plurais antes encontrados localmente, que se juntam à qualidade *quimificada* dos pescados monocultivados pelas fazendas, graças aos necessários processos industriais (metabólicos) nelas presentes. Ademais, segundo Luis Vinatea Arana (1999: 87), “podemos mencionar a espetacular disseminação de enfermidades, sobretudo do tipo viral, ocorrida na indústria da carcinicultura marinha”, que atingiu o Brasil, e, como é o caso do salmão cultivado no Chile, que inunda os supermercados e restaurantes brasileiros, existe, segundo pesquisa do Instituto de Química da Unicamp, densa quantidade de antibióticos nesse pescado, podendo levar ao aparecimento de vários tipos de câncer em seres humanos. Segundo matéria de um importante jornal de circulação nacional:

12 Fonte: <http://veja.abril.com.br/261207/p_098.shtml>. Acesso em: 10 set. 2008.

Há dois meses causou polêmica a notícia de que o salmão de criadouros chilenos tinha uma concentração de antibióticos cerca de 350 vezes maior do que a encontrada em peixes de fornecedores noruegueses. Não que o peixe da Noruega esteja livre de drogas, mas os níveis do Chile preocupam quem via os *sushis* feitos com ele como alimentação natural e livre de riscos (*O Globo*, 10 out. 2009).

Caminhando nessa direção, os carcinicultores, no intuito de conservar o camarão na despesca, utilizam o nocivo produto metabissulfito de sódio, procedimento constatado pelos integrantes do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC).

Essa substância (que libera um gás que, em contato com o ar, é totalmente tóxico) é jogada no ambiente natural, o que também pode causar a mortalidade de peixes. Do ponto de vista da saúde, o contato com essa substância pode causar doenças alérgicas e respiratórias – já tendo comprovadamente causado a morte de um trabalhador no Ceará (FDZCC, 2009: 41).

Ademais, outros impactos apontaram as fazendas de camarão como suspeitas. Em 1997 houve, nas áreas de influência da carcinicultura do Ceará ao sul da Bahia, grande mortalidade do caranguejo-uçá em razão da disseminação da “doença do caranguejo letárgico” (DCL), decorrente do fungo *Exophiala* (Barboza *et al.*, 2008; Quinamo, 2006; Schaeffer-Novelli *et al.*, 2006), bem como o aparecimento da maré vermelha¹³, que matou mais de 50 toneladas de pescados (peixes, mariscos) no Recôncavo Baiano em 2007¹⁴, e o maior desastre ecológico do Rio Grande do Norte, em julho do mesmo ano (40 toneladas de peixes e crustáceos mortos no rio Potengi)¹⁵.

13 A maré vermelha é um fenômeno de ordem natural, que surge a partir do aumento dos níveis de nutrientes dissolvidos na água do mar, aliando-se a fatores como temperatura, luminosidade e salinidade, o que permite a explosão de algas microscópicas. Seu crescimento excessivo provoca mortalidades de pescados. Ela é, de fato, um fenômeno natural, mas seu aparecimento pode ser estimulado, em larga medida, a partir de intervenções humanas nas dinâmicas ecológicas, com a introdução de resíduos químicos nas águas. Parece ter sido esse o caso do Recôncavo Baiano, visto que essa área concentra muitas propriedades de camarão e esse fenômeno era incomum na localidade.

14 Esse fato foi noticiado pela mídia nacional, como foi o caso da revista *Nordeste* (ano 1, n. 10, abr. 2007), na matéria “O drama dos pescadores baianos”, pp. 42-43.

15 No caso do Rio Grande do Norte, houve comprovação de que uma fazenda de camarão foi a responsável pela mortalidade de pescados no rio Potengi, fato noticiado pelo *Diário de Natal*, em 25 de março de 2010, com a prisão de um biólogo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), acusado de fraudar relatórios em benefício da empresa de camarão. (Fonte: <http://www.diariodenatal.com.br/2010/03/25/cidades1_o.php>. Acesso em: 1 abr. 2010.)

Acrescentam-se a esse cenário o desmatamento de mangues e a devastação do apicum (sistema associado aos manguezais) nas áreas em que são instalados os viveiros de camarão. Outro aspecto bastante denunciado pelos pescadores e pescadoras, o qual pudemos verificar em nosso trabalho de campo no litoral norte de Pernambuco, é o fato de que, mesmo quando o mangue não é eliminado nas áreas das (ou próximas às) fazendas de camarão, esse ecossistema é afetado de tal modo pelos resíduos químicos provenientes dos criatórios para os rios e águas estuarinas que se constata o desaparecimento de diversas espécies da fauna local (aratus, mariscos, alguns peixes, caranguejo-uçá, ostras etc.), produzindo, com isso, um manguezal escasso de vida. Segundo um pescador da praia de Carne de Vaca, em Goiana (PE), “alguns mangues continuam em pé, mas pobres e sem aquela vida de antes, que era tão cheia de habitantes do mundo dos pescados”.

Como não bastasse, na mesma proporção em que se expandem, os viveiros geram inúmeros bloqueios territoriais à continuidade do trabalho feminino na pesca artesanal, pois são os mangues e estuários os locais seculares de trabalho por excelência da mulher e não o mar. A territorialidade aquícola nega, então, e de maneira sistemática, a permanência de uma territorialidade tradicional construída historicamente pelo saber-fazer das mulheres pescadoras, buscando eliminá-las continuamente, assim como faz com os homens que desenvolvem certos tipos de pescas (caranguejo) nos manguezais.

Para Alier, o que brota dessas empresas camaroneiras resume-se a conflitos:

O conflito entre as camaroneiras e o mangue, atendendo a diferenças culturais, apresenta fisionomia ligeiramente diferente em diversas partes do mundo. Contudo, possui raízes estruturais comuns. Trata-se de um conflito de distribuição ecológica, isto é, um conflito sobre direitos ou títulos ambientais, relacionados com a perda do acesso aos recursos e serviços ambientais, vinculados com a carga de contaminação e a partilha dos perigos ambientais (Alier, 2007: 142).

O presente cenário pode agravar-se ainda mais, pois, segundo o presidente da ABCC, o objetivo é passar dos 16.000 hectares hoje destinados ao cultivo de camarão, para o número de 500 mil hectares em futuro próximo, no Brasil¹⁶.

No que concerne à relação capital e trabalho oriunda dessa expansão, em muitas localidades os pescadores artesanais, antes produtores autônomos, são

16 Fonte: <[http://www.ripa.com.br/index.php?id=814&tx_ttnews\[tt_news\]=2603&tx_ttnews\[backPid\]=1176&cHash=cc9615ad59](http://www.ripa.com.br/index.php?id=814&tx_ttnews[tt_news]=2603&tx_ttnews[backPid]=1176&cHash=cc9615ad59)>. Acesso em: 13 mar. 2010.

convertidos em meros fiscais de gaiolas, de tanques-rede e/ou de viveiros de camarão. De fato, “mais do que fiscal, tem-se, agora, um proletário das águas” (Valencio, 2007: 85), explicitando que, no capitalismo, a exploração de classe vincula-se à da natureza, já que a efetivação de uma não sobreviveria sem a outra.

A própria disseminação de pequenas fazendas de camarão, que responde por 75% do número de empreendimentos e tem apenas 18,8% de área ocupada, surge profundamente subordinada aos marcos de hierarquização presentes no setor (controle do mercado, de insumos, sementes – pós-larvas –, entre outros), reproduzindo a mesma realidade encontrada na agricultura camponesa com a revolução verde, inclusive no que diz respeito ao fato de existir uma aguda concentração de hectares em grandes (53,28%) e médias (27,88%) propriedades de carcinicultura – estas bem capitalizadas (tabela 2).

Tabela 2 – DIAGNÓSTICO DA CARCINICULTURA BRASILEIRA (2003)

Brasil	Pequeno: até 10ha		Médio: 11 a 50ha		Grande: de 51 ha em diante		Total	
	Nº de produtores	Área (ha)	Nº de produtores	Área (ha)	Nº de produtores	Área (ha)	Nº de produtores	Área (ha)
Total	678	2.793	177	4.132	50	7.989	905	14.824
Participação relativa	74,92	18,8	19,56	27,88	5,52	53,28	100	100

Fonte: ABCC, Censo 2003.

Mas tudo isso tem sido minimizado ou escondido pela força da ideologia aquícola, seus argumentos, estratégias de poder e amplas alianças societárias (nacionais e internacionais). Evidentemente, as comunidades locais de pescadores e pescadoras e seus movimentos sociais tentam – e muitas vezes conseguem – bloquear o ímpeto sedutor dessa ideologia, especialmente com a construção de Unidades de Conservação (UC) – como as reservas extrativistas (RESEX) e as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) –, nestes últimos anos. Além disso, a Instrução Normativa n. 3, de 16/4/2008, do Ministério do Meio Ambiente, proibiu a expansão e a instalação de viveiros de camarão nos espaços das UCs e em suas zonas de amortecimento, e com isso ofereceu grande suporte para as ações de resistência popular, situação que clarifica o aspecto, muitas vezes, não monolítico do poder público.

Porém, tais questões têm se constituído em respostas localizadas dos movimentos sociais, que poderiam associar-se a outras iniciativas (qualidade ambiental dos alimentos, direitos humanos, aquecimento global, gestão costeira,

democracia, justiça social etc.), alianças mais amplas e edificação de uma ideologia popular mais rebelde, visto que até mesmo as RESEX e RDS já se tornaram alvos privilegiados do canto de sereia da ideologia aquícola, que busca subordinar os planos de manejo dessas UCs ao próprio desenvolvimento da aquíicultura capitalista, pelo cultivo de ostras, por exemplo – em Pernambuco e no Rio Grande do Norte –, advindas de laboratórios privados (Ramalho; Nogueiros, 2009).

Sem dúvida, a ideologia aquícola não sobreviveria – como nenhuma outra dominante sobreviveu ao longo da história – se não fosse internalizada pelas pessoas que ela deseja dominar, isto é, se não fosse assimilada por alguns pescadores e pescadoras, seja como algo irreversível em suas vidas independentemente de suas vontades (sentimento de resignação), seja quando se encantam pela voz e os desejos das elites que prometem o progresso (fetichização do futuro).

Mais do que a indústria pesqueira, a aquíicultura empresarial (e sua vertente mais poderosa, como é o caso da carcinicultura) precisa, para se recriar plenamente, eliminar a pesca artesanal e suas práticas territoriais, econômicas e ideológicas. Cada pedaço de mangue, de estuário e de mar conquistado pela aquíicultura em sua luta de classes significa, na mesma medida, a quebra e o fim da biodiversidade e da sociodiversidade pesqueira, e a constituição de uma vida monocultural concreta e simbolicamente.

E a ideologia aquícola é o paradigma desse devastador processo socioambiental.

Conclusão

Para finalizar, vale retomar algumas questões apresentadas neste texto:

- a) Muito do que se chama de colapso da pesca tem servido de instrumento ideológico dos grandes empreendimentos aquícolas para ganhar apoio social e atrair e legitimar aportes de recursos públicos para a atividade, negando quaisquer outras possibilidades de enfrentar a questão, principalmente a partir de uma política mais abrangente, democrática e sustentável, na qual a pesca artesanal possa ser valorizada como projeto de desenvolvimento regional e local. Repensar e traçar outra direção para a aquíicultura é essencial, ou seja, é fundamental afirmá-la e integrá-la às alternativas mais amplas, colocando seu esteio organizativo na produção de base familiar com espécies nativas, respeitando, com isso, a sustentabilidade socioeconômica, a desconcentração de renda, a soberania alimentar e as dinâmicas ecológicas dos ecossistemas locais. A tecnologia a ser empregada no setor e seu crescimento se tornariam objetos de controle popular e social e não mais exclusivos

das vontades privadas e das necessidades do mercado, o que evitaria gerar exclusões socioambientais.

- b) Existem ações e discursos monolíticos unguídos pela ideologia aquícola disseminados pelos projetos de desenvolvimento pesqueiro por intermédio do MPA e do BNB, por exemplo. Seus objetivos e características direcionados à pesca artesanal são, na grande maioria das vezes: (1^o) Criação de uma força de trabalho disponível para a produção da aquicultura empresarial, com a conversão de pescadores(as) em aquicultores ou em trabalhadores das fazendas aquáticas; (2^o) Quando estimulada pelos poderes públicos, a pesca artesanal deve ser transformada, de acordo com a política de territórios da pesca do MPA, numa atividade subordinada à cadeia produtiva da pesca industrial, empresas de pescados e/ou da aquicultura; (3^o – e o mais comum) Negar a continuidade da pesca artesanal, alimentando a “certeza” da inexorabilidade da aquicultura nos “bons” destinos da sociedade.

Referências

- ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo, Contexto, 2007.
- ARANA, Luis Vinatea. *Aquicultura e desenvolvimento sustentável: subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aquicultura brasileira*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2007.
- BARBOZA, Roberta Sá Leitão *et al.* Fui no mangue catar lixo, pegar caranguejo, conversar com o urubu: estudo socioeconômico dos catadores de caranguejo no litoral norte de Pernambuco. *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca*, v. 3, n. 2, jul. 2008, pp. 117-134.
- BECK, Ulrich. *O que é globalização?: equívocos do globalismo: respostas à globalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael (Orgs.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, 2009, pp. 15-66.
- CARVALHO, Márcia Eliane Silva. A carcicultura na zona costeira do estado de Sergipe. Dissertação de Mestrado, Geografia, UFS, 2005.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente*. Recife, Editora daUFPE, 1999.
- COMISSÃO NACIONAL INDEPENDENTE SOBRE OS OCEANOS. *O Brasil e o mar no século XXI: relatório aos tomadores de decisão do País*. Rio de Janeiro: CNIO, 1998.
- COUTO, Êcio; SAMPAIO, Yoni. *Geração de empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva do camarão marinho cultivado*. Recife, 2003 (mimeo).

- COUTO, Êcio *et al.* Impactos socioeconômicos do cultivo de camarão marinho em municípios selecionados do Nordeste brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 46, n. 4, out./dez. 2008, pp. 1015-1042.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. São Paulo, Nupaub/USP, 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo, Nupaub/USP, 2004.
- FAO. *Planning for aquaculture development*. Roma, FAO, 1989.
- FAO. *Código de conducta para la pesca responsable*. Roma: FAO, 1995.
- FAO. *El estado mundial de la pesca y la acuicultura*. Roma: FAO, 2007.
- FÓRUM EM DEFESA DA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ (FDZCC). *Manguezais x carcinicultura: lições aprendidas*. Fortaleza, FDZCC, 2009.
- IBAMA. *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina no Nordeste do Brasil – 2004*. Brasília, Ibama, 2005.
- IBAMA-CE/MMA. *Diagnóstico da atividade de carcinicultura no estado do Ceará*. Fortaleza, Ibama, 2005.
- JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.
- LÖWY, Michael. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 18. ed. São Paulo, Cortez, 2008.
- MARX, Karl. *O capital*. 8. ed. São Paulo, Difel, 1982. l. 1, v. 1.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. t. 1, v. 1.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- MPA. *Boletim estatístico da pesca e aquicultura*. Brasília, MPA, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Boitempo, 2002.
- PAIVA, Melquíades Pinto. *Administração pesqueira no Brasil*. Rio de Janeiro, Interciência, 2004.
- QUINAMO, Tarcísio. Pesca artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no complexo estuarino-costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma. João Pessoa. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Prodemá/UEPB/UFPB, 2006.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; NEGREIROS, Emílio de Britto. Dinâmicas societárias, ação política e usos territoriais: unidades de conservação e pesca artesanal. In: SILVA, Aldenor Gomes da Silva *et al.* (Orgs.). *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais*. João Pessoa, Zarinha, 2009, pp. 253-284.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Conhecimento patrimonial pesqueiro: um patrimônio societário para a gestão costeira. In: MESSIAS, Arminda Saconi;

- COSTA, Marcos Roberto Nunes (Orgs.). *Gestão integrada de ambientes costeiros e impactos ambientais*. Recife, Unicap, 2009, pp. 141-157.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 43, n. 1, jan/jun, 2012, pp. 8-27
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à aquícola. *Revista Ruris/Unicamp*, Campinas, v. 8, n. 1, 2014, pp. 31-62.
- REBOUÇAS, Gabriel Nunes; FILARDI, Ana Carla Leão; VIEIRA, Paulo Freire. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e conflitos no litoral do estado de Santa Catarina. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 2, jul.-dez. 2006, pp. 83-104.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Yara; CITRÓN-MORELO, G.; COELHO, José Clemente. Managing shorebird flyways: shrimp aquaculture, shorebird populations and flyway integrity. In: BOERE, G. C.; GALBRAITH, C. A.; STROUD, D. A. (Orgs.). *Waterbirds Around the World: A Global Overview of the Conservation, Management and Research of the World's Waterbird Flyways*. Edinburgh, The Stationary Office, 2006, pp. 812-816.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Unesp, 1999.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- VALENCIO, Norma. *Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência*. São Carlos, RiMa, 2007.
- VALENCIO, Norma; MENDONÇA, S. A. Teixeira de. O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da Seap como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. *Boletim do Instituto de Pesca*, São Paulo, v. 34, n. 1, 2008, pp. 107-116.
- WORM, Boris *et al.* Rebuilding Global Fisheries. *Science*, v. 325, 2009, pp. 578-585.

Recebido em: 07/08/2014

Aprovado em: 22/10/2014

Como citar este artigo:

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Ideologia e aquicultura: uma das faces da revolução azul. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp. 521-544.